



Revisão sistemática de produções científicas sobre violência de gênero na escola

Systematic review of scientific productions on gender-based violence in schools

Revue systématique des productions scientifiques sur les violences de genre à l'école

Geórgia Bezerra Gomes¹

Juliana Maria do Nascimento Mota²

Thamila Cristina dos Santos da Silva³

Resumo

Apesar dos avanços no debate social sobre violência de gênero, a escola, como instituição reguladora de comportamentos, ainda reproduz práticas da cultura patriarcal, sexista e violenta. A dificuldade de discutir gênero nos espaços públicos de ensino dissemina discriminações e desigualdades de gênero institucionalizadas. Esta revisão sistemática investigou a manifestação e o enfrentamento da violência de gênero no ambiente escolar. Articulando referenciais da Psicologia escolar/educacional e estudos feministas, utilizou-se a metodologia PRISMA para levantamento e análise de artigos. As buscas foram realizadas nas bases Portal de Periódicos CAPES/MEC, biblioteca digital *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e banco de dados *Scopus – Elsevier*, com recorte temporal de 2016 a 2020, considerando exclusivamente pesquisas desenvolvidas em contextos escolares. A análise temática dos dados revelou múltiplas configurações de violência de gênero no ambiente escolar, evidenciando a ausência de estratégias sistemáticas de enfrentamento. Discute ainda a necessidade de maiores pesquisas sobre o tema. Por fim, estima-se que o trabalho possa fomentar maiores reflexões, investigações e ações sobre as relações de gênero na escola e, assim, (re) elaborar políticas e projetos voltados para todos que constituem a rede pública de ensino.

¹ Psicóloga, mestre em Psicologia e políticas públicas pela Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral. Professora do curso de psicologia da Faculdade Luciano Feijão. E-mail: georgiabg@gmail.com

² Psicóloga, mestre em Psicologia e políticas públicas pela Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral. Professora do curso de psicologia da UFC – Campus Sobral. E-mail: juliananascimento@ufc.br

³ Psicóloga, mestre em Psicologia e políticas públicas pela Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral. Professora do curso de psicologia da Faculdade Luciano Feijão. E-mail: thamilasilva117@gmail.com



Palavras-chave: Revisão Sistemática; Violência de Gênero; Mulheres; Escola; Psicologia Escolar e Educacional.

Abstract

Despite the advances in the social debate on gender violence, schools, as institutions that regulate behavior, still reproduce practices from patriarchal, sexist, and violent cultures. The difficulty in discussing gender in public educational spaces spreads institutionalized gender discrimination and inequalities. This systematic review investigated the manifestation and confrontation of gender violence in the school environment. By combining frameworks from school/educational psychology and feminist studies, the PRISMA methodology was used to gather and analyze articles. Searches were conducted in the CAPES/MEC Periodicals Portal, the Scientific Electronic Library Online (Scielo) digital library, and the Scopus – Elsevier database, with a time frame from 2016 to 2020, focusing exclusively on research conducted in school contexts. The thematic analysis of the data revealed multiple forms of gender violence in the school environment, highlighting the lack of systematic confrontation strategies. It also discusses the need for further research on the topic. Finally, it is hoped that this work will foster more reflections, investigations, and actions on gender relations in schools, thereby (re)shaping policies and projects aimed at all those who make up the public

Keywords: Systematic Review; Gender Violence; Women; School; Educational Psychology.

Résumé

Malgré les avancées du débat social sur les violences basées sur le genre, l'école, en tant qu'institution qui régule les comportements, reproduit encore des pratiques de culture patriarcale, sexiste et violente. La difficulté de discuter du genre dans les espaces d'enseignement public propage la discrimination et les inégalités de genre institutionnalisées. Cette revue systématique a étudié la manifestation et la confrontation de la violence basée sur le genre en milieu scolaire. Articulant des références issues de la psychologie scolaire/pédagogique et des études féministes, la méthodologie PRISMA a été utilisée pour recenser et analyser les articles. Les recherches ont été effectuées dans les bases de données du CAPES/MEC Periodical Portal, dans la bibliothèque numérique Scientific Electronic Library Online (Scielo) et dans la base de données Scopus – Elsevier, sur une période allant de 2016 à 2020, en considérant exclusivement les recherches développées en contexte scolaire. L'analyse thématique des données a révélé de multiples configurations de violence basée sur le genre en milieu scolaire, soulignant l'absence de stratégies d'adaptation systématiques. Il discute également de la nécessité de poursuivre les recherches sur le sujet. Enfin, on estime que le travail peut encourager de plus grandes réflexions, enquêtes et actions sur les relations de genre dans les écoles et ainsi (re)développer des politiques et des projets destinés à tous ceux qui composent le réseau éducatif public.



Mots-clés : Examen systématique ; Violences de genre ; Femmes ; École ; Psychologie scolaire et pédagogique.

" O mal-estar nas escolas (e universidades) que adocece seus docentes, que alimenta o bullying e assédios na comunidade, que transtorna vidas jovens ao ponto da automutilação e do suicídio; seriam sintomas de esgotamento da instituição escolar?" (Carneiro, 2019).

O presente estudo objetivou discutir os modos como a violência de gênero tem se manifestado e sido enfrentada nos espaços escolares no Brasil, por meio de uma Revisão Sistemática (RS) de literatura. A violência de gênero é apontada como um problema mundial, marcada como uma questão de saúde pública e de direitos humanos diante da brutalidade do fenômeno e de suas consequências individuais e sociais. (Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS], 2017) A violência de gênero não possui uma definição universal, mas é caracterizada pela Organização das Nações Unidas [ONU] (2017) como qualquer forma de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica direcionada a alguém em situação de vulnerabilidade, em razão de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Estudos demarcam a violência de gênero como produto de uma cultura patriarcal, de uma organização social que privilegia o masculino em detrimento do feminino (Albernaz & Longhi, 2009). A concepção da mulher objeto e a performance do masculino engendram percepções equivocadas de valores humanos e relações precarizadas (Minayo, 2005). Embora a violência de gênero possa afetar qualquer pessoa, independentemente de sua identidade de gênero e/ou sexualidade, a maioria dos registros deste tipo de agressão denunciam um caráter misógino em que as mulheres e LGBTs são as maiores vítimas (Fialho & Souza, 2020).

Em todas as esferas sociais e institucionais, inclusive na escola, as mulheres vivenciam uma experiência crescente de depreciação e violência, na medida em que há uma conjuntura de supervalorização do homem (Minayo, 2005; Albuquerque, 2020). Não se trata de responsabilizar a escola como causadora dessas situações, mas é importante incluir nas pautas e práticas escolares o debate sobre essa



conjuntura. Afinal, entende-se que a escola tem o potencial de ser um espaço de superação dessas violências e, sobretudo, de promoção do respeito à pluralidade humana (Junqueira, 2012).

A literatura dos estudos sobre violência de gênero nas escolas, com secundaristas e docentes aponta o crescimento em experiências com o machismo e o sexismo entre os muros escolares, destacando-se uma "pedagogia do insulto" contra pessoas LGBTs nestes contextos (Vilela, 2016; Junqueira, 2012). Dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas [FIPE] indicaram que 93,5% dos entrevistados possuíam preconceito de gênero no espaço escolar (Albuquerque, 2020). O estudo destacou a gravidade do problema e a urgência de intervenções no ambiente educacional, pois o pensamento e prática sexista são estruturais para atitudes de violência, sendo importantes a educação sexual e de gênero como pontos de educação para a cidadania, defesa dos direitos humanos e de uma sociedade plural e democrática.

De acordo com Fialho & Souza (2020) a ocorrência da violência de gênero no ambiente escolar também foi resultado da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015. Os registros mostram que 47% dos estudantes já sofreram alguma violência na escola. Os autores concluíram que ocorriam naqueles espaços, práticas educacionais preconceituosas e discriminatórias, atitudes divergentes à perspectiva dos direitos humanos. Nesse sentido, a escola se configura como um ambiente hostil, normatizante, em que ocorrem preconceitos e discriminações principalmente contra mulheres e LGBTs (Fialho & Souza, 2020). Tais condições adversas à pluralidade de expressões de gênero e sexualidades, impactam negativamente o rendimento escolar dos estudantes (Brasil, 2012). Além dos impactos cognitivos, pesquisas apontam a dimensão do sofrimento e adoecimento mental das/dos estudantes LGBTs, em sua maioria pessoas travestis e transsexuais (Garcia & Sonetti, 2020). Vigora assim, uma forma de educação heteronormativa, religiosa, que marginaliza existências que divergem da norma cisheteropatriarcal.

Com base no Relatório Luz 2019 para a Agenda 2030, o país tem realizado várias medidas que divergem dos compromissos internacionais e das políticas de



enfrentamento às desigualdades sociais de gênero (Cardoso et al., 2019). Além de sugerir melhorias nos indicadores de dados, o documento recomenda a necessidade de assegurar a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas como medida de prevenção e confronto à violência de gênero.

Para melhor análise sobre essa conjuntura a categoria gênero a concepção dos estudos feministas e decoloniais foi estruturante na condução deste trabalho. Gênero é uma categoria analítica e política, uma construção social e histórica sobre as distinções biológicas dos corpos que são atravessadas por características sexuais socialmente elaboradas. São nas relações sociais, seus discursos e linguagens que o "gênero" emerge e se reproduz (Bento, 2006; Louro, 2014). Constituinte de subjetividades, não há um determinismo, essencialismo biológico, é na arena social das práticas relacionais, institucionais que as desigualdades, hierarquias de gênero ocorrem.

Compreende-se, portanto, a violência de gênero como um fenômeno universal, multideterminado, prejudicial à saúde e participação social de grupos mais vulnerabilizados, em específico mulheres e LGBTQs. Considerando a dificuldade de tal debate nos espaços públicos de ensino, é vital a discussão e aprofundamento nas instituições escolares sobre as questões que envolvem gênero. Conforme aponta a literatura consultada (Libâneo & Feitosa, 2024), a respeito da atuação de uma psicologia escolar/educacional crítica, as questões da escola precisam forjar o fortalecimento de agendas antirracistas, anticapacitistas, de letramento de gênero, igualdade socioeconômica, valorização de territórios e de práticas culturais no contexto escolar, já que existe em curso uma agenda hegemônica cis-colono-capitalista que desafia o debate sobre gênero nos espaços públicos de ensino e fomenta práticas de discriminação/desigualdades de gênero institucionalizada na sala de aula.

Diante do exposto e refletindo sobre o lugar ético-político da atuação profissional da psicologia escolar/educacional crítica, surgiram as inquietações que movimentaram esta pesquisa. Há manifestação da violência de gênero dentro da escola? Como a violência de gênero tem sido discutida e/ou enfrentada? Nessa



direção, objetiva-se nesta pesquisa identificar e analisar de que maneira a violência de gênero se manifesta e como tem sido enfrentada nas escolas brasileiras.

Método

O método utilizado neste estudo foi a revisão sistemática de literatura (RS) de natureza exploratória, que configura-se como uma categorização de artigos científicos sobre a temática estudada (Sampaio & Mancini, 2007). Como protocolo para a realização desta revisão utilizou-se a recomendação PRISMA - Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses - que consiste em um checklist, fluxograma e etapas a serem elaboradas e realizadas pelos pesquisadores, objetivando melhor condução neste tipo de pesquisa (Moher et al., 2015).

Para a seleção dos estudos, foram adotados os seguintes critérios de inclusão: os artigos deveriam ter sido publicados entre 2016 e 2020, sendo pesquisas de campo conduzidas por profissionais e/ou estudantes e publicados no idioma português. Ademais, deveriam estar disponíveis integralmente nas seguintes plataformas: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]/Ministério da Educação [MEC], na Biblioteca Digital Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no banco de dados Scopus – Elsevier. Justifica-se a escolha dessas bases devido ao forte reconhecimento acadêmico, à pluralidade de áreas e à disponibilidade remota e gratuita de acesso aos materiais. Os descritores definidos foram "violência de gênero", "mulheres" e "escola". Na exploração, foram utilizados os descritores e o operador booleano AND da seguinte forma: "violência de gênero" AND "mulheres" AND "escola", e estes poderiam estar incluídos no título, resumo ou texto completo dos artigos. Como condições de exclusão, os critérios adotados foram: trabalhos publicados como resenhas, ensaios, pôsteres, teses ou dissertações, e estudos que não abordassem a temática estudada ou estivessem duplicados.

Os descritores foram submetidos às buscas online nas bases de dados escolhidas. Após a leitura do resumo e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, o trabalho foi selecionado quando confirmado sua relevância pelas autoras. Após a confirmação, os trabalhos foram lidos na íntegra. Em continuidade, foi elaborado um resumo de cada um deles, destacando a discussão e enfrentamento da situação no



contexto escolar. Foram registrados para cada texto informações básicas (dados bibliográficos, data de publicação, abstract, entre outros). Esses formulários continham síntese do trabalho, os principais temas, problemáticas identificadas e as estratégias de enfrentamento adotadas e conclusões do estudo. No exame analítico dos textos foi utilizado o método da análise temática proposta por Braun e Clarke (2006).

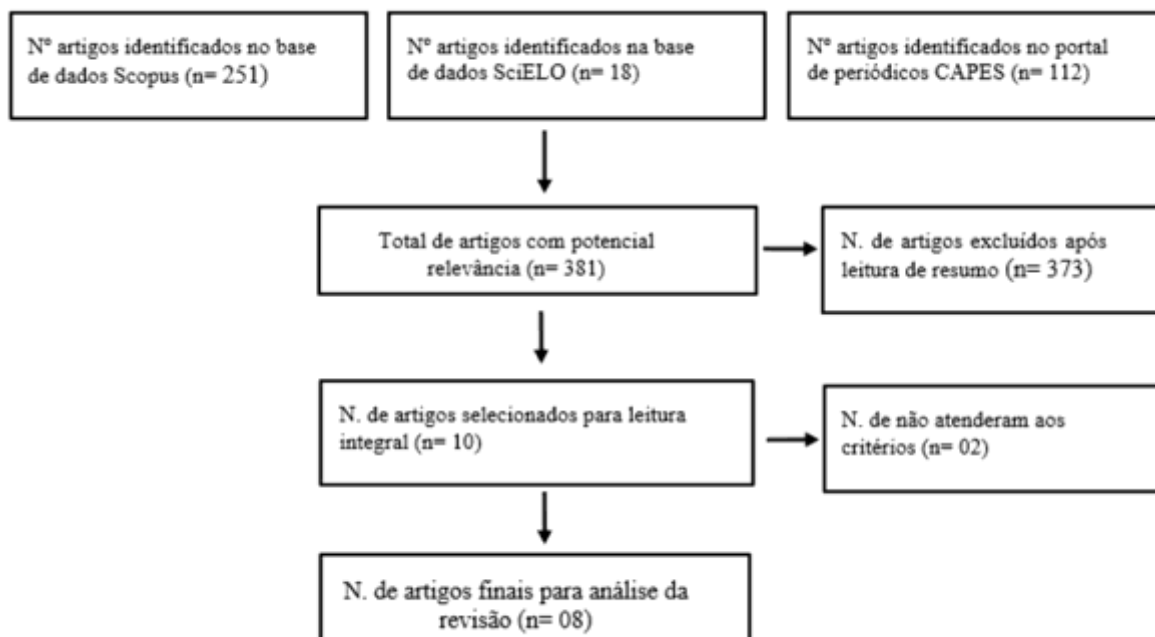
Resultados

Para melhor categorização dos artigos, foi utilizado o software START, "uma ferramenta gratuita desenvolvida no Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software da UfScar" (Oliveira, 2017). Utilizou-se os mesmos termos e operadores booleanos, a saber: "*GENDER VIOLENCE*" OR "*VIOLENCE*" OR "*GENDER*" AND "*WOMAN*" AND "*SCHOOL*" OR "*SCHOOL ENVIRONMENT*" AND "*VIOLÊNCIA*" OR "*GÊNERO*" AND "*MULHER*" AND "*ESCOLA*" OR "*AMBIENTE ESCOLAR*".

Na plataforma Scopus foram encontrados 251 artigos, após a aplicação dos filtros restaram 8 textos. Os artigos identificados na plataforma SciELO foram 18 trabalhos, após leitura dos títulos, palavras-chaves e resumo, apenas 2 artigos foram encaminhados para análise do texto integral. No Portal de Periódicos CAPES foram apontados 114 artigos, dos quais haviam duas duplicações. Após a filtragem de resumo, não houve artigo encaminhado para leitura completa. Por fim, após a leitura integral dos 10 estudos, a análise finalizou com 8 artigos recuperados para a revisão, em razão da exclusão de 2 textos identificados como fora dos critérios definidos no protocolo. A sistematização da coleta segue representada pela figura 1 abaixo.

Figura 1

Sistematização da busca de artigos sobre violência de gênero na escola. Fonte: Elaborada pelas autoras.



Após a coleta de dados e seleção dos estudos que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, organizamos as produções a serem analisadas com base na autoria, local, ano, características dos participantes e tipo de instituição, conforme tabela abaixo. Foi possível perceber que houve uma maior concentração de pesquisas realizadas na escola pública e em sua maioria com estudantes do Ensino Fundamental e Médio, tendo apenas uma pesquisa sido realizada com professores.

Tabela 01

Dados dos artigos analisados

Autoria / Ano	Local / Ano de realização	Características dos participantes	Tipo de Instituição
1. Kristine Kelly de Albuquerque. 2020.	Caruaru-PE. 2016	Estudantes do ensino fundamental.	Escola Pública.



2.	Quieti Batista Moreira Oliveira et al. 2017.	Manaus-AM, Porto Velho- RO, Teresina-PI, Recife-PE, Cuiabá/MT, Brasília/DF, Rio de Janeiro-RJ, Belo Horizonte- MG, Florianópolis-SC, Porto Alegre-RS. Anos de 2007 e 2009.	Estudantes do 2º ano do Ensino Médio	Escolas Públicas e Privadas
3.	Marcelo Victor da Rosa, Marizete de Oliveira Souza, Andrey Monteiro Borges. 2020.	Camapuã-MS. 2018	Estudantes do ensino fundamental.	Escola Pública.
4.	Rebeca Nunes Guedes de Oliveira e Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca. 2019.	São Paulo- SP.2018	Estudantes do Ensino Médio	Escola Pública.
5.	Liane Aparecida Roveran Uchoga e Helena Altmann. 2016.	Campinas – SP. 2010	Estudantes do ensino fundamental.	Escola Pública.
6.	Julia Baerlocher Carvalho e Mônica Cristina Melo. 2019.	Recife – PE. 2016	Estudantes do Ensino Médio	Escola Privada.
7.	Patrícia Daniela Maciel e Maria Manuela Alves Garcia. 2019.	Rio Grande do Sul. 2012.	Professoras da educação básica.	Escolas Públicas e Privadas
8.	Marina Mariano e Helena Altmann. 2016.	Campinas – SP. 2009.	Estudantes do ensino infantil.	Escola Pública.



Análise e discussão dos dados

Para análise do corpus de dados utilizamos a análise temática. Este método qualitativo de identificação, organização, descrição e interpretação dos padrões (temas) presentes nos textos (Braun & Clark, 2006). Assim, respondendo às perguntas norteadoras do trabalho, elaboramos inicialmente duas categorias indutivas: a) tipos de violência e b) formas de enfrentamento à violência de gênero.

Sobre o código tipos de violência, conforme Tabela 2 foram identificadas diferentes ações violentas para com as mulheres e/ou LGBTs. Ressalta-se que nem todos os trabalhos apresentam as práticas de violências como as ocorridas dentro da escola e/ou executadas por algum membro escolar. Todavia, é alarmante que a naturalização de práticas de violência não tenha sido uma questão identificada pelos participantes como ações prejudiciais.



Tabela 02

Ocorrência de violência e enfrentamentos no contexto escolar

Autoria / Ano	Sujeitos	Ocorrência de violência de gênero relatado nos artigos	Enfrentamento no contexto escolar
Kristine Kelly de Albuquerque	Estudantes de ambos os sexos	Discriminação sexual, violência física contra a mulher no cotidiano nos estudantes. Não houve relatos de violência sofrida dentro da escola.	Intervenção Externa: extensão universitária
Quieti Batista Moreira Oliveira et al.	Estudantes de ambos os sexos	Violência física contra a mulher, violência física contra homens nas relações de namoro dos adolescentes. Não houve relatos de violência sofrida dentro da escola.	Ausência de intervenções parte da escola contra a violência de gênero.
Marcelo Victor da Rosa, Marizete de Oliveira Souza, Andrey Monteiro Borges	Estudantes de ambos os sexos	Preconceito, discriminação contra estudantes e professora do sexo feminino sobre a participação delas nas aulas de educação física. Xingamentos lgbtfóbicos.	Ausência de intervenções parte da escola contra a violência de gênero.



Rebeca Nunes de Oliveira e Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca	Estudantes de ambos os sexos	Preconceito, discriminação contra LGBTs, violência psicológica, sexual contra mulheres no experimento online com os estudantes. Não houve relatos de violência sofrida dentro da escola.	Ausência de intervenções parte da escola contra a violência de gênero.
Liane Aparecida Roveran e Helena Altmann	Estudantes de ambos os sexos	Discriminação sexual entre as estudantes nas práticas de educação física.	Ausência de intervenções parte da escola contra a violência de gênero.
Julia Baerlocher Carvalho e Mônica Cristina Melo	Estudantes de ambos os sexos	Violência psicológica contra mulheres e LGBTs dentro do ambiente familiar dos estudantes. Não houve relatos de violência sofrida dentro da escola.	Ausência de intervenções parte da escola contra a violência de gênero.
Patrícia Maciel e Daniela Maria Alves Garcia	Professoras	Preconceito, discriminação contra lésbicas dentro da escola.	Ausência de intervenções parte da escola contra a violência de gênero.
Marina Mariano e Helena Altmann	Estudantes de ambos os sexos	Discriminação sexual contra as estudantes nas práticas de educação física.	Ausência de intervenções parte da escola contra a violência de gênero.

Nota. Elaborada pelas autoras.



Em relação às formas de enfrentamento à violência de gênero, com exceção do texto de Uchoga e Altmann (2016), todos os periódicos indicaram a necessidade de intervenções pedagógicas na escola acerca dos temas/conceitos, a saber: Educação em Direitos Humanos (Albuquerque, 2020); Gênero (Albuquerque, 2020; Carvalho & Melo, 2019); Orientação Sexual (Carvalho & Melo, 2019); Desconstrução/discussão sobre os papéis sociais e sexuais de gênero (Oliveira et al., 2017; Rosa et al., 2020); Políticas Públicas de combate da violência contra mulheres (Rosa et al., 2020; Carvalho & Melo, 2019); Educação Sexual (Carvalho & Melo, 2019); Discussão sobre a sociedade (Rosa et al., 2020; Oliveira & Fonseca, 2019); Revisão do currículo discente (Maciel & Garcia, 2019); Revisão do currículo docente (Mariano & Altmann, 2016). Em síntese, as principais soluções identificadas nos artigos concentram-se no debate de gênero e sexualidade na escola, políticas públicas, implementação dos temas sobre questões gênero e sexualidade nos currículos de formação docente e discente, conforme sistematizados na Tabela 3 abaixo.



Tabela 03

Principais contextos e conceitos sobre a violência de gênero e possibilidades de enfrentamento

Julia Baerlocher Carvalho e Mônica Cristina Melo	Papeis de gênero, gênero, violência psicológica familiar	Cultura patriarcal, violência familiar, sexismo.	Educação em direitos humanos, gênero; orientação sexual no contexto escolar, políticas públicas contra à violência de gênero.
Patrícia Daniela Maciel e Maria Manuela Alves Garcia	Gênero, dominação masculina, heterossexualidade compulsória.	Cultura patriarcal.	Implementação das discussões sobre gênero no currículo da formação docente.
Marina Mariano e Helena Altmann	Gênero, dominação masculina.	Preconceito de gênero.	Implementação das discussões sobre gênero no currículo escolar.

Nota. Elaborada pelas próprias autoras.

De forma dedutiva emergiram como padrões nas respostas as categorias/conceitos: patriarcado ou cultura patriarcal, cultura do estupro, dominação masculina, heterossexualidade compulsória, masculinidades, sexismo, como os principais contextos que estruturam toda a dinâmica da violência contra mulheres e LGBTs dentro e fora do espaço escolar.



O contexto patriarcal foi apontado como uma das principais causas pelas ocorrências de violência (Albuquerque, 2020; Oliveira et al., 2017; Oliveira & Fonseca, 2019; Carvalho & Melo, 2019). Patriarcado é o sistema de relações historicamente construídas entre homens e mulheres pautadas pela dominação deles sobre elas. Relações assimétricas de poder nos âmbitos públicos e privados, onde os homens corporificam pela ideologia da violência a submissão do gênero feminino (Saffioti, 2015). O enraizamento da cultura patriarcal consome uma realidade social em que as mulheres foram e ainda são minoria (reconhecimento, participação) em diversas áreas da sociedade.

Aliada à cultura patriarcal, persiste a performance da masculinidade hegemônica, caracterizada por um conjunto de comportamentos violentos exercidos por homens. Essas ações buscam afirmar a centralidade masculina nas pautas e decisões. Na tentativa de corresponder ao que é considerado ser "macho", naturalizam-se atos de repúdio e aniquilamento de comportamentos vistos como femininos ou não masculinos, como sensibilidade e cuidado. Em contrapartida, são exacerbadas atitudes agressivas, arriscadas e invasivas. Apesar de alcançarem, ao custo de muita violência, a manutenção de espaços e privilégios, os homens acabam se relacionando de forma extremamente prejudicial consigo mesmos, com outros homens e, principalmente, com as mulheres (Connell, 2013).

No sistema patriarcal, marcado por formas desiguais de acesso, poder e valorização do ser humano, as mulheres são percebidas como desprovidas de autonomia sobre seus próprios corpos e desejos. Elas são vistas exclusivamente como objetos de satisfação masculina e reprodução da prole. Essas condições de subalternização são agravadas por determinantes sociais, como classe e raça. Nesse contexto, a cultura do estupro configura-se como um processo de ameaça e violência brutal utilizado por homens para intimidar e controlar os corpos e as vidas femininas (Biroli, 2014).



Na dialética do sistema de opressão sexista e patriarcal, diversos elementos de dominação se entrelaçam na formação da estruturação ocidental, colonizada que é a sociedade heteronormativa. Ao estabelecer uma heterossexualidade compulsória como natureza humana, cria-se uma narrativa delirante que dispensa a necessidade de um passado essencial para justificar o presente, configurando a norma como algo natural e biológico nos humanos. Assim, “quem foge do padrão é marcado” (Nogueira, 2019).

Para além das categorias temáticas analisadas, destacam-se as divergências nas descrições sobre violência de gênero, que ora aparecem como violência dos homens contra as mulheres, ora como LGBTfobia. Considerando o tabu relacionado ao tema de gênero e sexualidades nas escolas, é possível inferir que tal temor acaba promovendo mais desinformação e violência, em vez de efetivamente combater as práticas hostis.

É inegável o avanço no debate sobre as questões de gênero e sexualidades no campo educacional brasileiro a partir do amparo legal da Constituição Cidadã (1988), Lei de Diretrizes e Bases (1996), Diretrizes Nacionais de Educação (ensino fundamental e médio) (1998; 2010), Plano Nacional de Educação (2001-2010/2011-2020), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2012), Lei Antibullying (2015).

No entanto, o ambiente escolar ainda permanece atravessado por compreensões equivocadas sobre o tema. Em razão disto, a escola é um ambiente hostil, normatizante, onde ocorrem preconceitos e discriminações principalmente contra mulheres e LGBTs (Fialho & Souza, 2020). Assim, é problemático que o ambiente escolar, local apresentado/visto como espaço de construções subjetivas para alteridade, não esteja efetivamente colocando em prática os princípios da pluralidade, dignidade humana, conforme os marcos legais, acordos vigentes.

Mesmo antes das limitações impostas pela nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), a discussão sobre o conceito de gênero dentro das escolas era constantemente afastada, quando não totalmente barrada. Compreendido de modo limitante e perverso, o termo "gênero" é comumente colocado como algo sexual/erótico, perigoso, mesmo por parte de alguns educadores. Com o avanço dos



discursos neofascistas, em parte, e pela pauta moral de determinados setores religiosos, de outro, gênero tornou-se ponto das mais diversas distorções conceituais. A expressão “ideologia de gênero” tornou-se usual na agenda política dos grupos reacionários. Presente desde as redes sociais até o planejamento das ações do poder executivo, essa ideia delirante conseguiu provocar primitivos sentimentos de ameaça social.

"Gênero" é termo e conceito de amplo debate, não para fins de produção de uma definição exata e estática, mas com o objetivo de promover diálogo e afastar entendimentos equivocados sobre o tema. Ainda é presente e bastante perigosa a compreensão de que gênero e sexualidade são aspectos relacionais e naturais. Assim, é extremamente limitante uma BNCC (2017) que exclui gênero e sexualidade do documento em vez de reforçar a necessidade de aprofundamento e disseminação de tais temas pedagógicos. A escola e os currículos escolares são discursos de poder e, por isso, faz-se necessária a luta pela manutenção dos direitos anteriormente conquistados e pela ampliação dos espaços de discussão.

Destarte, em relação ao gênero, conceito produzido a partir dos movimentos e lutas feministas, também não há consenso ou definição exata. No entanto, conforme autoras como Berenice Bento (2006), Guacira Louro (2014) e Judith Butler (2019), o gênero, ainda que considere elementos físicos do corpo, não é definido pelo sexo biológico ou pela sexualidade. Gênero é uma construção social e histórica sobre as distinções biológicas dos corpos, atravessadas por características sexuais socialmente elaboradas. São nas relações sociais, discursos e linguagens que o gênero e a performance de gênero emergem e se reproduzem.

Ressalta-se que, na estrutura e reprodução das violências de gênero, existem outros fatores que alimentam rotineiramente o fenômeno da violência contra as “minorias”, principalmente após o período mais progressista da suposta democracia brasileira. A difamação dos direitos humanos, o sucateamento das políticas públicas contra a violência à mulher e à LGBTfobia, os congelamentos de gastos públicos, a mercantilização da educação pública, a estrutura governamental fascista e a pandemia de Covid-19 agravaram ainda mais as desigualdades sociais e as violências de gênero.



Importante destacar que os estudos de psicologia escolar e educacional crítica ressaltam o papel crucial desse campo de atuação nas instituições escolares. Trata-se de um exercício coletivo, multidisciplinar, sensível e inclusivo às interseccionalidades das questões sociais. Nesse horizonte, a atuação da(o) psicóloga(o) pode promover um ambiente que auxilie na identificação e desconstrução de preconceitos, estereótipos e discriminações que coexistem nas relações escolares, bem como desenvolver práticas de sensibilização que promovam a equidade e a justiça social (Libâneo & Feitosa, 2024).

Considerações finais

Com base nos artigos analisados, é possível identificar que há discriminação educacional em razão do gênero feminino e das sexualidades discentes (LGBTs), configurando-se também como violência de gênero institucionalizada. A diferenciação entre capacidades humanas em razão do gênero e/ou sexualidade se assemelha à divisão colonizadora que hierarquizava, por “raça/etnia”, quais pessoas poderiam ser consideradas humanas.

O currículo educacional e a escola são dispositivos de controle dos corpos, implementando posições binárias e heteronormativas para as expressões de gênero e sexualidade. Isso exclui manifestações diferentes e divergentes da norma dita e “maldita”. Os documentos e as normas escolares, aparentemente discursos “invisíveis”, são, na verdade, potencialmente letais (Porto, 2019).

Apesar do desafio, incluir e discutir questões de gênero na escola é possibilitar a quebra dos padrões de violência e a construção de outras histórias, corpos e vidas. Evidencie-se que a inclusão e aplicação das práticas educativas relacionadas aos temas de gênero e sexualidade estão “amparadas” legalmente por instrumentos nacionais e internacionais (Cardoso, Guarany, Unger & Pires, 2019).

Isso implica uma discussão crítica sobre a formação das educadoras e dos educadores, bem como sobre a atuação dos profissionais que trabalham nas escolas, como psicólogas escolares e educacionais. As questões da escola forjam a identidade desses profissionais e, por isso, a instituição escolar não é apenas um cenário de



atuação, mas um contexto constitutivo de suas identidades, conhecimentos, habilidades e compromissos éticos e políticos (Libâneo & Feitosa, 2024).

Desestabilizar o padrão da suposta normalidade sobre o gênero é cumprir com as diretrizes e leis de enfrentamento à violência de gênero, promover mais efetividade na defesa dos direitos humanos e, sobretudo, atender ao dever ético-político em favor de uma vida ampla e não de uma vida precária. Daí ser tão urgente que os ataques reacionários às políticas públicas educacionais, como a retirada dos termos "gênero" e "sexualidade" na BNCC, sejam barrados, para assegurar a legislação e implementação de políticas educacionais cada vez mais inclusivas.

Não bastasse a tímida presença de questões de gênero e sexualidade nas escolas, é evidente a nefasta articulação entre fundamentalismo e neoliberalismo. Essa interação produz tanto um cerceamento às práticas pedagógicas docentes quanto uma educação acrítica para os discentes. Afinal, é uma falácia a concepção de família e de laicidade do Estado adotada pelo movimento conservador (Porto, 2019).

Diante da dificuldade de promover o debate nas instituições públicas de ensino, é necessário mais espaço para estudiosos da educação, das questões de gênero e sexualidade, visando uma atuação mais embasada, crítica e política por parte de todos aqueles que pensam, elaboram e colocam em prática as políticas educacionais. A escola é um campo de diversas disputas, onde narrativas e linguagens entram em jogo para a manutenção de privilégios e de uma homogeneidade e normalidade mítica. Assim, defendemos a continuidade e o fortalecimento das discussões de gênero e sexualidade nas escolas, reforçando a importância de estratégias democráticas e plurais nesse campo.

Destarte, é urgente a formulação de uma educação pautada por pedagogias e psicologias mais afetivas e não apenas numericamente efetivas. A violência compromete a criatividade e as possibilidades de engajamento, especialmente das(os) jovens em processo educacional. Diante da importância da educação, retomamos as inquietações provocadas por Louro (2000): existe educação sem corpo? Pode um currículo ser maior que a vida de uma pessoa? Se um sujeito não pode se expressar, ele existe? Terrorismo e ideologia de gênero são, de fato, práticas



que já ocorrem em nome de uma suposta natureza humana, reproduzindo a naturalização das violências.

É próspero observar os diversos progressos em atuações e políticas de combate à violência contra a mulher e LGBTs, tais como a Agenda 2030, as iniciativas da Plan International e as ações promovidas pela ONU e UNESCO. Todavia, essas minorias continuam a sofrer constantes violações e mortes em níveis crescentes.

Referente às lacunas de investigação, ressaltamos a reduzida publicação de pesquisas sobre violência de gênero no país. Notou-se, ainda, a ausência de trabalhos provenientes de diferentes regiões. Pesquisas com docentes sobre esta temática praticamente não foram encontradas. Talvez essa ausência esteja relacionada aos tabus e ao neoconservadorismo que, a cada dia, ganha mais força nos âmbitos legislativos, executivo e institucionais.

Apesar das limitações deste trabalho, espera-se que esta revisão possa contribuir para ampliar os estudos sobre o tema, fomentar outras pesquisas sobre o assunto e fortalecer práticas e políticas públicas voltadas ao combate à violência de gênero na sociedade, sobretudo nas instituições educacionais.

Referências

- Albernaz, L. S. F., & Longhi, M. (2009). Para compreender gênero: Uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In P. Scott, L. Lewis, & M. T. de Quadros (Orgs.), *Gênero, diversidade e desigualdades na educação: Interpretações e reflexões para formação docente* (pp. 75–96). EDUFPE.
- Albuquerque, K. K. de. (2020). Diálogos de gênero na educação: Considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), e60485. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2020v28i2.e60485>
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Garamond.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Senado.
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, seção 1, 248, 27833–27841.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

- Brasil. (2001). Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, 7, 1–20.
- Brasil. Conselho Nacional de Educação (CNE). (1998a). Resolução n. 3, de 26 de junho de 1998: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 5 ago. 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf
- Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. (2010). *Parecer CNE/CEB n. 11/2010, de 7 de julho de 2010: Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos*. CNE/CEB. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf
- Brasil. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. (2011). *Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020)*. Biblioteca Digital. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5826/projeto_pne_2011_2020.pdf?sequence=1
- Brasil. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Magistério da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf
- Brasil. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Butler, J. (2019). *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”* (1ª ed.). São Paulo: Autêntica.
- Cardoso, L. R., Guarany, A. L. A., Unger, L. G. S., & Pires, M. A. (2019). Gênero em políticas públicas de educação e currículo: Do direito às invenções. *Revista E-Curriculum*, 17(4), 1458–1479. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i4p1458-1479>
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241–282. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2013000100014>
- Libâneo, L. C., & Feitosa, L. R. C. (2024). Psicologia escolar e educacional. In M. F. Diogo (Org.), *Diálogos interdisciplinares em Psicologia e Educação* (pp. 149–157). Pedro & João Editores. Disponível em:



<https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/dialogos-interdisciplinares-em-psicologia-e-educacao/>

Minayo, M. C. S. (2005). Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 23–26. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232005000100005>

Junqueira, R. D. (2012). Homofobia: Limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas*, 1(1). Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>

Louro, G. L. (2014). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.

Porto, J. dos S. (2019). Currículo, gênero e sexualidade: Uma análise sobre as práticas discursivas e não-discursivas que reforçam posições de gênero e sexualidade na escola. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 5(4). <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i4.1264>

Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação PRISMA. (2015). *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335–342. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>

Rosa, M. V. da, Souza, M. de O., & Borges, A. M. (2020). Preconceito contra a mulher na educação física escolar no nono ano. *Revista Práxis*, 1, 102. <https://doi.org/10.25112/rpr.v1i0.178>

Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2ª ed.). Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo.

Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 11, 83–89.

Sonetti, S. L., & Garcia, M. R. V. (2020). Ensinando a diversidade ou a transfobia? Um panorama da educação sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas da região de Sorocaba-SP e sua intersecção com saúde mental. *Revista Práxis*, 1, 173. <https://doi.org/10.25112/rpr.v1i0.191>

Souza, H. H. de, & Fialho, L. M. F. (2020). A importância das políticas públicas educacionais para as questões de gênero e sexualidade na escola. *Inovação & Tecnologia Social*, 2(3), 19–32. <https://doi.org/10.47455/2675-0090.2019.1.3.3863>

Vilela, M. H. (2020). As meninas estão mudando a escola. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ovSXZ>.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)



Recebido: 12.12.2024
01.01.2025

Aprovado: 20.12.2024

Publicado:

Autoras

Geórgia Bezerra Gomes

Psicóloga, mestre em Psicologia e políticas públicas pela Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral. Professora do curso de psicologia da Faculdade Luciano Feijão. E-mail: georgiabg@gmail.com

Juliana Maria do Nascimento Mota

Psicóloga, mestre em Psicologia e políticas públicas pela Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral. Professora do curso de psicologia da UFC– Campus Sobral. E-mail: juliananascimento@ufc.br

Thamila Cristina dos Santos da Silva

Psicóloga, mestre em Psicologia e políticas públicas pela Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral. Professora do curso de psicologia da Faculdade Luciano Feijão. E-mail: thamilasilva117@gmail.com